



v.1, n.1, jan./jul.2017 ISSN: xxx-xxx

# Controle Social Local Face as Transformações e os Impactos Territoriais dos Megaempreendimentos de Itaguaí (RJ)

Daniel Neto Francisco \*  
Lamounier Erthal Villela\*\*

\*Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ) e Tutor do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ). Email: dnetofrancisco@gmail.com.

\*\* Pós-doutor em Administração Pública pela EBAPE/FGV; Doutor em Economia Aplicada pela Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III); Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT), Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/DECECON/PPGCTIA). E-mail : lamounier.erthal@gmail.com

**RESUMO** Este trabalho tem como objetivo maior apresentar as principais transformações no território do município de Itaguaí (RJ) tomando como foco de análise a região da Ilha da Madeira e os megaempreendimentos fixados na localidade. Dentre os tais: o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, a nova base naval da Marinha do Brasil, o Porto de Itaguaí, o Porto Sudeste, a planta logística da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Usina Siderúrgica Minas Gerais (USIMINAS). Os megaempreendimentos do município impulsionam uma série de transformações econômicas, sociais, políticas e ambientais acarretando expansão industrial, urbana e demográfica. No entanto, em meio a este cenário, nota-se a fragilidade das instituições do município de Itaguaí no sentido de promover o controle social das políticas de desenvolvimento do território local. Foram utilizadas para a coleta de dados: revisão bibliográfica; a apresentação das mutações socioambientais, por meio de unidades de paisagem; e entrevistas com representantes dos 25 conselhos comunitários de Itaguaí. Tendo como objetivo traçar um panorama geral das instâncias de controle social apresentadas na localidade a partir dos conselhos comunitários, que são as principais ferramentas locais de acompanhamento do ciclo das políticas municipais. Tendo como foco de análise esta análise o discurso dos conselheiros comunitários do município, sendo tais resultados tratados a partir da Análise Crítica de Discurso (ACD) na perspectiva de Bardin (1977). Pode-se identificar a partir da fala dos conselheiros comunitários de Itaguaí que as institucionalidades locais tornaram-se frágeis frente as abruptas transformações territoriais trazidas pelos megaempreendimentos. E as vias de controle social e de publicização dos atos públicos como o site da prefeitura e o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDSMI) caracterizam-se como pouco dialógicos e transparentes, enquanto a sociedade civil se organiza em novas institucionalidades deliberativas – conselhos comunitários – a fim de garantir seu espaço no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas territoriais do município. **Palavras-chave:** Megaempreendimentos; Desenvolvimento Local; Território; Itaguaí.

**RESUMEN** Este trabajo tiene el mayor objetivo presentar los principales cambios en el municipio de Itaguaí (RJ), teniendo como foco región de Madeira y las mega-empresas establecidas en la localidad. Entre ellas: el Metropolitan carretera de circunvalación de Río de Janeiro, la nueva base naval de la Marina de Brasil, el puerto de Itaguaí, el puerto Sudeste, la logística de la planta de acero Compañía Nacional (CSN) y la Siderúrgica Planta de Minas Gerais (USIMINAS). Los mega-proyectos del municipio en coche varios líderes expansión industrial económico, social, político y ambiental, urbano y demográfico. Sin embargo, en medio de este escenario, no es la fragilidad de las instituciones municipales Itaguaí para promover el control social de las políticas de desarrollo de tierras locales. Se utilizaron para la recolección de datos: revisión de la literatura; la presentación de los cambios ambientales a través de unidades de paisaje; y entrevistas con representantes de 25 consejos comunales de Itaguaí. Con el objetivo de elaborar una visión general de las instancias de control social que se presentan en la localidad de consejos comunales, que son los principales sitios de herramientas de ciclo de supervisión de las políticas municipales. Con el enfoque de análisis de este análisis, el discurso de la comunidad de los concejales de la ciudad, y tales resultados fueron tratados desde el análisis del habla Crítico (ACD) en vista de Bardin (1977). Puede identificar el discurso calve de asesores Comunidad Itaguaí que institucionalidades locales se vuelven frágiles transformaciones territoriales bruscos delanteros traídas por los megaproyectos. Y las vías de control social y publicidad de los actos públicos como el sitio del ayuntamiento y el Director del Plan de Desarrollo Sostenible (PDDSMI) se caracterizan por ser poco dialogante y transparente, mientras que la sociedad civil se organiza nuevas instituciones deliberativas - consejos de la comunidad - para asegurar su lugar en la formulación, aplicación y evaluación de políticas territoriales del municipio. **Palabras-clave:** Megainversiones; Desarrollo Local; Territorio; Itaguaí

**ABSTRACT** This work has the main objective to present the main transformations in the territory of the municipality of Itaguaí (RJ), taking as focus of analysis the region of Madeira Island and the mega - projects established in the locality. Among them: the Metropolitan Arc of Rio de Janeiro, the new naval base of the Brazilian Navy, the Port of Itaguaí, the Port Sudeste, the logistics plant of Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) and Usina Siderúrgica Minas Gerais (USIMINAS). Municipal megaprojects boost a series of economic, social, political and environmental transformations leading to industrial, urban and demographic expansion. However, in the middle of this scenario, we note the fragility of the institutions of the municipality of Itaguaí in the sense of promoting social control of development policies of the local territory. Data collection was used: bibliographic review; The presentation of socio-environmental mutations, through landscape units; And interviews with representatives of the 25 community councils of Itaguaí. With the objective of outlining the social control mechanisms presented in the locality from the community councils, which are the main local tools for monitoring the municipal policy cycle. The analysis of the discourse of community councilors in the municipality is based on analysis, and these results are treated from the Critical Discourse Analysis (ACD) from the perspective of Bardin (1977). One can identify from the speech of the community councilors of Itaguaí that the local institutions have become fragile in the face of the abrupt territorial transformations brought about by mega-projects. And the ways of social control and publicity of public acts such as the city's website and the Sustainable Development Master Plan (PDDSMI) are characterized as not very dialogical and transparent, while civil society organizes itself in new deliberative institutions - community councils - In order to guarantee its space in the process of formulation, implementation and evaluation of the territorial policies of the municipality. **Key-words:** Megaenterprises; Local Development; Territory; Itaguaí

## 1. Introdução

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro vem recebendo inúmeros investimentos de grande porte. Investimentos estes que se fixam nos inúmeros municípios do entorno da capital fluminense; e que geram um movimento de fortalecimento de centralidades locais, como é o caso da cidade de Itaguaí. Que se torna o foco de análise deste trabalho, dada a sua posição estratégica na atração de investimentos de grande porte. E que em sua maioria, estão orçados na casa de bilhões de reais (FIRJAN, 2014).

No atual processo de desenvolvimento local, com enfoque nos grandes projetos de investimento (GPIs), percebe-se que a relação entre o território e esses novos megaempreendimentos tem trazido grandes transformações a estrutura local. Tais impactos tem se apresentado nas esferas ambiental, econômica e social do município. Deste modo, tornam-se necessários os estudos que não apenas descrevam esse território, suas especificidades e características gerais. Também faz se necessária uma análise dos impactos socioambientais, ou seja, aqueles gerados na paisagem e na comunidade local.

Assim, este trabalho se debruça sobre a estrutura do controle social do município de Itaguaí a partir da transformação deflagrada em favor do estabelecimento dos novos megaempreendimentos, como o Arco Metropolitano o Porto Sudeste e as novas plantas da Usina Siderúrgica Nacional de da Usina Siderúrgica de Minas Gerais que estão se fixando no entorno da região da Ilha da Madeira. Localizada na parte costeira do município fluminense, onde os remanescentes ecológicos e as comunidades tradicionais da região estão dando lugar a tais megaempreendimentos (VILLELA; et. al. 2012).

No Brasil, o processo de redemocratização e de descentralização administrativa corroborados pela Carta Magna de 1988 se constituem como processos históricos em direção a expan-

são as vias participativas no âmbito dos municípios, como denota Avritzer (2010). E no bojo desta expansão das instituições participativas cresce a perspectiva do controle social como uma ação onde não apenas os grupos de empresários se configuram como agentes importantes do desenvolvimento local. Mas também a sociedade civil organizada, como parte ativa e integrante do processo de debate da agenda pública, formulação, implementação e avaliação das mesmas.

Logo, percebe-se a dimensionalidade do controle social sobre diversas óticas. Desde a ação individual e institucionalizada por Lei. Onde um cidadão pode exigir o parecer das contas públicas. Até outras esferas, que perpassam pela ótica colaborativa da racionalidade comunicativa e da gestão social. Presente em órgãos institucionalizados como os Conselhos Gestores de Políticas Setoriais, e, da mesma forma, em diversas formas associativas da sociedade civil.

De modo a gerar uma análise mais precisa desses impactos, utiliza-se inicialmente a metodologia que pressupõe a organização do território do município de Itaguaí em unidades de paisagem. São apresentados e caracterizados assim, os principais eventos geradores das transformações locais, tanto no âmbito das mudanças geobiofísicas, quanto no âmbito das mudanças sociais e econômicas. A utilização da metodologia de unidades de paisagem se explica pela necessidade que se tem de conhecer as partes, para que se possa compreender um todo (MAGALHÃES, 2012).

Para a construção dessas análises toma-se como referencias bibliográficas alguns dos trabalhos que exploram as principais transformações vividas pelo município, e de dados telematizados. Além da pesquisa em campo, onde foram realizadas entrevistas com representantes dos 25 Conselhos Comunitários de Itaguaí: 26 de Dezembro e Mangueira, Brisamar, Califórnia, Carioca, Centro, Chaperó, Coroa Grande, Engenho, Geração Eleita, Ibirapitanga, Ilha da Madeira, Jardim América, Jardim Mar, Jardim Weda, Lagoa Nova, Leandro,

Mazombinha e Rio Preto, Piranema, Parque Paraíso, Parque Primavera, Raiz da Serra, Santa Cândida, Santa Rosa, Somel e Vila Margarida. E para análise das entrevistas foi utilizada Análise Crítica de Discurso, na perspectiva de Bardin (1997), com a utilização do método de análise categorial. Onde buscou-se identificar as perspectivas dos entrevistados por meio do desmembramento de suas falas em 5 unidades analíticas: publicidade das contas públicas; conselhos comunitários; conselhos gestores; participação; e, manifestações e mobilizações sociais.

## 2. Caracterizando o Território do Município de Itaguaí (RJ)

A cidade de Itaguaí faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Seu território ganha eminência, uma vez que vem ampliando seu espaço no cenário da região. Primeiro, com a instalação da Usina de Itaguaí e com a chegada da Nuclebrás Equipamentos Pesados S. A., também conhecida como NUCLEP, em 1976. Ainda na década de 1970, inicia-se a construção do então Porto de Sepetiba (denominado atualmente como Porto de Itaguaí) (PAULA, et. al.; 2007).

Devido ao processo de reestruturação geoeconômica do Estado do Rio de Janeiro, se ressalta a importância de Itaguaí, por ser um dos municípios que se situam na extremidade oeste da RMRJ. Sua localização estratégica e junto à Baía de Sepetiba, faz com que venha ganhando destaque e poder de influência, como um novo polo siderúrgico do Estado (OLIVEIRA; 2009). Nesse contexto, a cidade ganha notoriedade no âmbito das dinâmicas de atração e consolidação de novos investimentos que possam dinamizar sua economia.

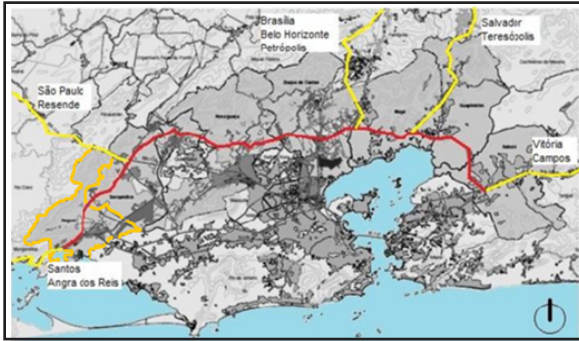
Ao abordar a construção de megaempreendimentos no município, nosso estudo tangencia a noção de desenvolvimento que vem sendo construída atualmente, polarizando em seu território

novos investimentos, que o consolidam como um polo logístico. Nesse sentido, o novo Arco Metropolitano, analisado por Alcantara (2013), Rego (2011) e Montezuma e Cintra (2012), torna-se um agente capaz de gerar um aumento da centralidade de Itaguaí, uma vez que amplia sua importância dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Alcantara (2013) observa que o município de Itaguaí possui grandes áreas configuradas por espaços livres. Este é outro fator que favorece a atual concentração de investimentos em seu território. Além de possuir áreas desocupadas ou não urbanizadas, o município também se favorece por se articular com importantes rodovias, canais viários que interligam seu território a grandes metrópoles do Brasil como o Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, a própria expansão das centralidades no entorno da RMRJ carioca faz com que a cidade ganhe destaque ao servir como articulação a várias localidades do estado como a Microrregião da Baía da Ilha Grande<sup>(1)</sup>, e até mesmo a Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense<sup>(2)</sup>. Ao passo que se consolida sua posição de centralidade em sua própria microrregião, a Microrregião de Itaguaí.<sup>(3)</sup>

Como pode se perceber no mapa apresentado abaixo, o município ganha destaque na RMRJ com a construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ). O Arco se estabelece na região como uma importante conexão entre os demais municípios da metrópole carioca e os grandes projetos de investimentos (GPIs) que estão se fixando no entorno do Porto de Itaguaí. Além disso, a nova via se estabelece também como uma importante conexão entre o território de Itaguaí e as principais estradas interestaduais do estado do Rio de Janeiro.

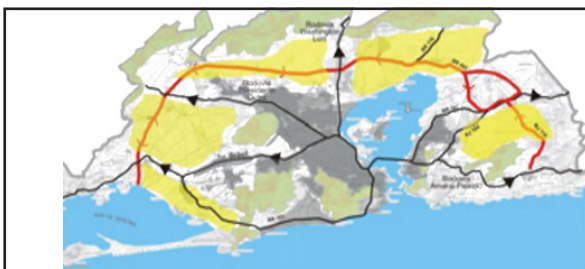
**Figura 01. Arco Metropolitano e suas principais conexões viárias**



Assim, temos na figura acima o município de Itaguaí destacado de laranja, e no entorno de seu território político-administrativo situam-se algumas rodovias de destaque no cenário nacional, por fazerem a conexão terrestre com o estado de São Paulo: a Rodovia BR-116 (Dutra) e a Rodovia Rio-Santos. De vermelho temos o traçado do AMRJ e sua inserção dentro do município, tornando-se uma importante via de conexão entre os municípios da região.

A conexão estabelecida pelo Arco favorece também a futura ocupação de um grande estoque de terras da cidade de Itaguaí que até então podem ser classificadas como áreas de pastagem, pouco adensadas e que circundam o núcleo urbano na região metropolitana fluminense (PLANO DIRETOR, 2014). A figura logo abaixo, exposta no Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, expõe que grande parte de seu traçado está em áreas vazias ou pouco urbanizada

**Figura 02. Traçado do AMRJ sobre áreas não adensadas:**

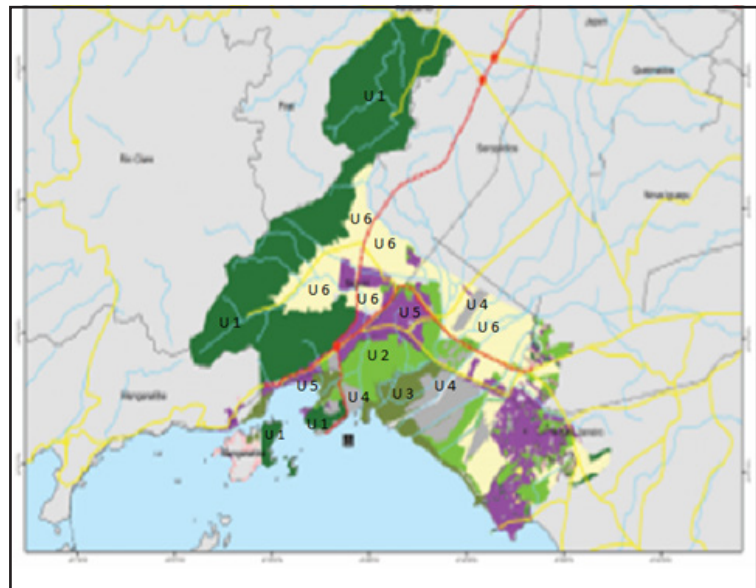


Fonte: Plano Diretor Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (2014).

Já no que tange a sua ocupação sobre a localidade, pode-se notar que o traçado da nova via metropolitana tende a ampliar a ocupação de solos da RMRJ. E no caso de Itaguaí em específico, tende a gerar uma expansão da mancha urbana do município sobre a extensão da rodovia. Área esta que em sua grande maioria se encontra disposta em áreas de pastagem, classificadas como localidades rurais.

A área rural de Itaguaí vem perdendo suas características locais devido a dois fenômenos gerados pelos megaempreendimentos locais: 1) aumento da especulação imobiliária e aquisição de grandes terrenos da região para a construção de armazéns e outras instalações de auxílio as atividades de logística portuária e rodoviária. E, 2) perda da identidade local com a chegada de novos moradores advindos de diferentes regiões do país, e também com a chegada de novas atividades econômicas no município.

**Figura 03. Município de Itaguaí em Unidades de Paisagem:**



Fonte: Acervo Grupo SEL-RJ. Adaptado pelos autores.

Na figura acima temos as seguintes Unidades de Paisagem (UP):

UP 1- congrega as áreas de preservação ambiental do município e as áreas que ainda possuem os biomas nativos da região.

UP 2- áreas que possuem cobertura vegetal, mas que estão dispostas pelo Plano Diretor do municipal como áreas de expansão industrial ou urbana.

UP 3- áreas do município que concentram os manguezais, espaços estes que também serão reduzidos de forma significativa com a implementação dos megaempreendimentos locais.

UP 4- congrega as áreas de produção industrial e de extração mineral (areais) do município.

UP 5- áreas urbanas já consolidadas.

UP 6 – espaços de uso agropastoril, que devem sofrer as futuras pressões de expansão da mancha urbana do município.

A figura 03 apresenta um panorama geral do município de Itaguaí frente as suas transformações territoriais em curso, devido a implementação dos megaempreendimentos na região da Ilha da Madeira e do Saco do Engenho. E mostra que a inserção dos megaempreendimentos em Itaguaí configuram-se em pressões sobre as áreas rurais do município onde se apresentam atividades de produção familiar voltada a culturas como a da banana e do coco (VILLELA, et. al., 2014), além de produzirem hortaliças e produtos orgânicos que abastecem feiras de Itaguaí e do Rio de Janeiro.

### 3. O Controle Social como um Termo Teórico

O conceito de controle social ganhou novos horizontes e compreensões. De acordo com Correa (2000) houve uma evolução em torno do con-

ceito de controle social que estava atrelado a noção de um controle do Estado sobre a população. O controle social firma-se em um novo espectro, como um instrumento de repressão social sobre as ações da esfera estatal.

Já na perspectiva de Gramsci, além da oposição dicotômica entre Estado e sociedade, existe um fenômeno de construção do consenso entre as classes. Onde uma acaba sendo submetida ao projeto de classe da outra. Segundo tal perspectiva:

*(...) o 'controle social' acontece na disputa entre essas classes pela hegemonia na sociedade civil e no Estado. Somente a devida análise da correlação de forças entre as mesmas, em cada momento histórico, é que vai avaliar que classe obtém o 'controle social' sobre o conjunto da sociedade. Assim, o 'controle social' é contraditório – ora é de uma classe, ora é de outra – e está balizado pela referida correlação de forças. (CORREA, 2000, p. 68).*

Correia (2000) ainda explica que a noção teórica que envolve o termo “controle social” é multifacetada. Podendo exprimir o ideal de um Estado controlador e que intervém diretamente nas configurações sociais. Ou, podendo também, abranger o referencial mais recente de controle social, que tem como pilar a capacidade da sociedade civil organizada estar intimamente relacionada com as ações do poder público em suas múltiplas esferas – municipal, estadual e federal.

O governo federal brasileiro incentivou nas últimas três décadas a criação de um aparato que subsidie um maior nível de accountability e acompanhamento das questões que envolvem os recursos públicos e as políticas públicas. A consolidação de dispositivos participativos na Constituição Federal de 1988 proporcionou a criação de espaços deliberativos como os conselhos de políticas públicas setoriais. A iniciativa de criação

do Portal da Transparência, data de 2004, e é um exemplo mais recente da promoção de canais promovidos para aumentar a fiscalização dos atos públicos. O Portal da Transparência tem como objetivo congregar as informações fiscais e orçamentárias de todos os municípios do país. O governo federal também vê o controle social como uma forma de gestão local do Programa Bolsa Família (PBF). O Bolsa Família é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e este, insere nos municípios ligados ao programa as Instâncias de Controle Social (ICS), onde a população pode ter acesso ao orçamento do programa, a gestão dos benefícios, e as oportunidades de capacitação e desenvolvimento oferecidas pelo programa. Outro avanço significativo é a Lei de Acesso a Informação, de 2011, que regulamenta o direito do cidadão a ter acesso às informações produzidas pela administração pública.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) conceitua o controle social como:

*(...) a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública no acompanhamento das políticas, um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania. (...) que possibilita compartilhar responsabilidades e proporciona transparência às ações do poder público. (MDS, 2015).*

Já Siraque (2009) conceitua o controle social como um conjunto de ações da sociedade civil posteriormente a execução dos atos da administração pública. De tal forma, o controle social se insere no ciclo de políticas públicas na fase de acompanhamento e avaliação das ações governamentais. Diferindo-se assim, da ideia de participação social, como a inclusão dos cidadãos nas tomadas de decisões públicas (planejamento e implementação das políticas).

No entanto, o controle social se revela como um elemento que também pode estar in-

serido nas fases do planejamento e da execução das ações governamentais. Como por exemplo, na própria atuação de conselheiros comunitários que podem atuar localmente pela implementação de suas demandas públicas, opondo-se a diretrizes governamentais – ou ao próprio jogo de poder entre a prefeitura e determinados parceiros de setores específicos. Os orçamentos participativos municipais são bons exemplos práticos da atuação comunitária em políticas públicas, uma vez que concedem a responsabilidade de pensar as demandas locais aos próprios cidadãos da comunidade.

Também podem surgir experiências de controle social no processo de implementação das políticas municipais. Como por exemplo, a partir dos conselhos gestores que possuem caráter propositivo, e, que detém a responsabilidade de aprovar ou reprovar os gastos do executivo em seus setores.

O controle social ganha uma dimensão ampla e que abrange uma diversidade institucional no âmbito dos municípios brasileiros. Haja vista que seu conceito agrega dimensões da participação social (TENÓRIO, 2012) e da cidadania deliberativa baseada na concepção republicana<sup>(4)</sup> (HABERMAS, 1995).

#### **4. Os Megaempreendimentos como via de desenvolvimento local**

Nesta seção, abre-se caminho para analisarmos os impactos destes novos empreendimentos de grande porte que estão sendo implantados na cidade de Itaguaí. São projetos fruto do modelo de planejamento urbano que se baseia na competição (VAINER; 2012) e que, segundo Brandão (2012), fomentam a gestão do território como algo que não se associa a outras escalas territoriais.

Nesse cenário, onde se torna importante a atração de investimentos para gerar uma atividade econômica local. O município de Itaguaí acaba ganhando relevância não só no cenário da RMRJ, mas também sobre todo o Estado do Rio.

Contudo, antes de nos aprofundarmos na discussão sobre como executar ou planejar, torna-se primordial a apresentação do conceito de megaempreendimentos trabalhada nesta pesquisa. Obviamente, a literatura traz inúmeras alternativas teóricas de se apresentar esse conceito. Porém, ao nos aprofundarmos sobre o tema, percebe-se que não existe apenas uma forma de se classificar os grandes projetos. Pelo contrário, existem variadas formas de se apresentá-los. Uma delas é a explicitada por Vainer (2012), que observa que os megaempreendimentos podem ser classificados pela maioria dos autores: segundo “o tamanho ou um outro indicador de porte da intervenção” (VAINER; 2012 p. 15).

No entanto, Lungo (2004) traz uma outra definição destes investimentos de grande porte e nota que o papel de atuação do Estado acaba se modificando quando estamos diante de um megaempreendimento. Isto porque, segundo Lungo (op. cit.), o Estado passa de ente regulador para atuar como o agente que apenas facilita a execução do projeto. Seja cedendo isenções fiscais, seja reordenando a estrutura urbana ou até mesmo a legislação.

Nesse sentido, Brandão (2012) destaca que não só o local acaba ganhando grande relevância mas também acaba sendo levado a disputar com outras localidades por seu desenvolvimento, como em um leilão. Nessa conjuntura, os municípios disputam entre si, utilizando-se de armas como a isenção fiscal e a doação de espaços livres para a implantação de tais empreendimentos. Esta dinâmica por vezes se torna perversa, pois como bem nota Brandão (op. cit.), a escala local não cede apenas financeiramente, deixando de arrecadar os impostos que lhe seriam devidos, mas nesse engodo, acabam trazendo grandes impactos sociais, econômicos e ambientais para seus territórios.

Isto porque em sua grande maioria, os grandes projetos (industriais ou não) acabam sendo pensados sem uma articulação com as comunidades e realidades que os cercam. Podemos questionar assim o tão esperado desenvolvimento local. Haja vista que na esfera local, em grande parte, acabam de estabelecendo os passivos ambientais e sociais. Impactos estes que são frutos desta falta de articulação entre o desenvolvimento e a própria localidade.

Contudo antes de trazer o debate à escala territorial torna-se relevante desenvolver o próprio conceito de espaço. Segundo Milton Santos (2006) o espaço é um híbrido entre os sistemas de objetos e de ações. Ou seja, o espaço segundo a sua concepção é:

*(...) uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem (...) (SANTOS, 2006; p. 67).*

Destaca-se aqui o potencial do espaço em congregar a função atualizada das necessidades sociais. Enquanto a paisagem é teoricamente apresentada por Santos (2006) como um conjunto dos aspectos geobiofísicos que são característicos de dado território, outras análises do território observam a paisagem como uma parte do espaço como um todo. Sendo assim, Montezuma e Cintra (2012) complementam o entendimento da paisagem como o resultado da evolução da sociedade e da própria natureza. Dada a sua integração entre o homem e a sociedade, ressalta-se a importância de se observar e compreender os elementos apresentados em cada paisagem.

No caso da cidade de Itaguaí não é diferente. Este trabalho toma a concepção de paisagem como algo que insere tanto as características naturais do espaço, quanto as próprias estruturas



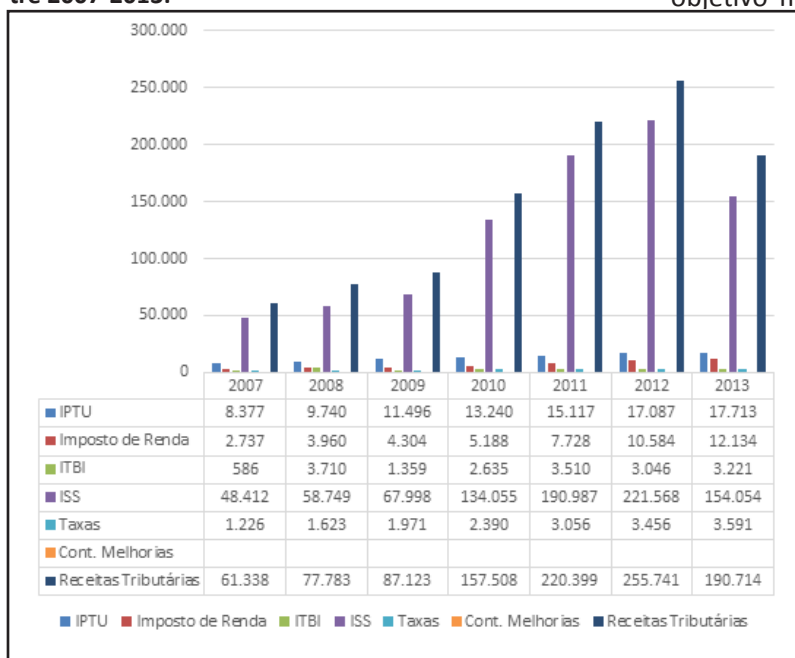
sociais ligadas ao lugar. Faz-se aqui uma relação entre o atual modelo de desenvolvimento empreendido no município e os seus principais impactos socioambientais sobre o território.

## 5. Os Impactos dos Megaempreendimentos na cidade de Itaguaí

A inserção do município na grande rede internacional de produção amplia suas conexões com diversas cadeias do setor produtivo e o aumento destes fluxos se converte em inúmeros investimentos para o território local. Nesse sentido a relação entre o local e o global, apresentada por Peter Dicken (2010) torna-se notória também no caso de Itaguaí.

O gráfico a seguir apresenta um aumento das receitas de Itaguaí, principalmente depois de 2009, início da fixação destes megaempreendimentos no município.

**Figura 04. Evolução das receitas de Itaguaí entre 2007-2013:**



Fonte: TCE (2016).

Contudo, ao se pensar em desenvolvimento local, não pode se restringir a uma análise meramente quantitativa, ou econômica, sem serem considerados os inúmeros âmbitos que perpassam pela concepção de desenvolvimento local. Nessa abordagem teórica, crescimento e desenvolvimento tornam-se coisas diferentes. Ampliando essa diferenciação, Romero (2011) nota o desenvolvimento como uma condição das estruturas institucionais e produtivas ampliarem suas produções, gerando um aumento no nível de riqueza da população. Isto porque o desenvolvimento local interage com outras esferas como a social, institucional e política.

Logo, pensar o desenvolvimento local <sup>(5)</sup> segundo a conceituação de Tenório (2007) nos propõe uma reflexão de construção de políticas desenvolvimentistas plurais. Esta pluralidade se constitui com a interação do poder público local, da comunidade envolvida nesse processo e dos próprios agentes do mercado.

Fundamentalmente esta governança dos atores locais surge como uma estratégia de desenvolvimento local pautada pelos princípios de uma gestão compartilhada, e que tenha como objetivo final a construção do bem comum por meio de consensos. No entanto, o desafio que se apresenta em Itaguaí se assenta na constituição de um modelo desenvolvimentista pouco conectado com os interesses locais e pouco estruturado em torno de uma melhoria social da localidade.

Fisher (2011) nota que o campo da gestão social se estrutura em meio a práticas interdisciplinares e se desenvolve no Brasil com o intuito de fomentar um desenvolvimento dos territórios, pautando-se nos processos de debate e participação. A dialogicidade deve ser capaz de produzir a interação entre a comunidade local e os agentes econômicos e públicos. Esta rela-

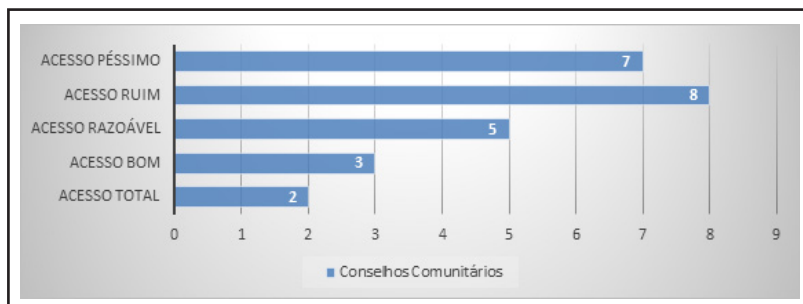
ção torna-se a base constitutiva de um modelo de cidadania. Modelo que não se limita apenas ao voto (como ocorre nos processos da democracia representativa), mas trás a possibilidade de se produzir um desenvolvimento local/territorial embasado na cidadania deliberativa.

Desta forma, pensando em um desenvolvimento que agregue este elemento Villela (2012) classifica algumas categorias de análises como critérios da cidadania deliberativa: “processo de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum” (VILLELA, 2012, p. 39-40). Tais perspectivas metodológicas ajudam a compreender em que medida o modelo de desenvolvimento empreendido em Itaguaí pode ser inclusivo, voltado a participação social e ao bem comum local.

*O poder econômico dos megaempreendimentos e do governo (a reboque do processo) dita a agenda de desenvolvimento e as prioridades do município, diminuindo ainda mais as possibilidades da Gestão Social. (...) a gestão social se contrapõe à gestão estratégica em sua proposta de substituição da gestão tecnoburocrática, sem diálogo, para exercer um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo é um exercício de vários atores sociais. (VILLELA; ET AL., 2014, p. 211).*

Ao observar a configuração dos espaços de cidadania deliberativa no município de Itaguaí, nota-se que o processo de participação dos agentes locais nos processos de formulação e implementação das políticas municipais ainda é pouco efetivo. Além disto, o próprio acesso dos Conselheiros Comunitários as contas públicas e ao orçamento municipal é bastante restrito. Segundo as falas dos próprios conselheiros sobre o acesso de seus órgãos as contas públicas:

**Gráfico 01. Nível de Acesso dos Conselhos Comunitários as Contas Públicas:**



**Fonte: Elaborado pelo autor.**

No gráfico acima torna-se notável que predominantemente os conselhos comunitários de Itaguaí veem o acesso as contas públicas como algo: ruim 8 (oito) (32%), ou péssimo 7 (sete) (28%). Enquanto 5 (cinco) conselheiros (20%) afirmaram que o conselho comunitário possui um acesso razoável as contas públicas; e outros 3 (três) (12%) notaram que o acesso é bom. E apenas 2 (dois) (8%) conselheiros afirmaram ter acesso total as contas da esfera pública.

Além disto, alguns conselheiros comunitários ainda observam que:

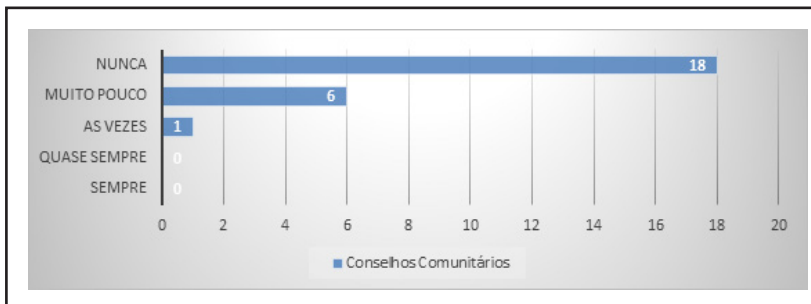
*(...) hoje há um questionamento do município quanto a prestação de contas do último trimestre ou quadrimestre do ano passado, onde me parece que houve uma audiência pública para a aprovação destas contas, mas a audiência não ocorreu na forma que a lei prevê, ou aconteceu entre aspas. E não ocorreu essa prestação de contas e deveria ter havido. (...) Agora, se você olhar como é prestado contas em um audiência pública de prestação de contas daqui do município é melhor você não ir ou então nem tentar compreender. Porque se você não tiver um conhecimento contábil ou de gestão de contas públicas, você realmente não vai entender. Pro leigo, pro cidadão comum, fica muito difícil compreender. (Representante 1).*

*Ah, não! Outro dia houve a prestação de contas da saúde e eu até participei, só que eu fiquei lá boiando. Se a gente não tiver um conhecimento prévio sobre aquilo não adianta nada. A única coisa que a gente consegue compreender é que os serviços não são aquilo que deveriam ser (...)* (Representante 2).

Outro ponto que esta pesquisa buscou caracterizar foi a “Avaliação Participativa”. Ou seja, a capacidade de concretizar a participação social nas políticas de determinado território. Neste sentido, buscou-se observar a inserção dos agentes locais a partir da seguinte questão: “Existe a participação dos conselheiros comunitários e de outros movimentos sociais do município em estudos de impacto territorial gerados pelos megaprojetos?”.

E o gráfico abaixo sintetiza as respostas dos conselheiros comunitários de Itaguaí:

**Gráfico 02. Nível de Participação em Estudos de Impacto Territorial**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como aponta o gráfico acima, o nível de participação dos conselheiros comunitários e agentes locais é um fenômeno inexistente. No geral 18 (dezoito) conselheiros locais (72%) afirmaram que os conselhos comunitários e outros movimentos sociais do município nunca participam de estudos de impacto territorial. Outros 6

(seis) conselheiros entrevistados (24%) afirmaram que os conselhos e os movimentos locais são muito pouco ativos nos processos de estudo de impactos territoriais. E somente 1 (um) conselheiro (4%) afirmou que as vezes existe a participação dos agentes locais nos estudos de impactos territoriais.

Em grande parte das vezes os entrevistados notaram que a participação social em Itaguaí só é concreta quando existe a necessidade de se aprovar um Plano ou uma política municipal por meio dos conselhos gestores, como por exemplo o orçamento dentro do Conselho Municipal de Saúde. Mas a participação nos processos de estudos territoriais e de reconfiguração espacial ainda são elementos distantes. E que ainda envolvem grande domínio técnico e de interesses políticos.

De acordo com a fala dos representantes de alguns conselheiros comunitários do município:

*Não somos consultados para estas coisas e a nossa comunidade sofre muito com isso porque eles de repente fecham uma rua, alteram a mão. Em outros casos que já ocorreram antes, a prefeitura alterou o próprio ordenamento do município para se favorecer.* (Entrevistado 1).

*As vezes eles utilizam a desculpa que as ações técnicas devem ser orientadas apenas pelas técnicas da prefeitura. E isto nos afeta muito. Inclusive, quando foi construído o Arco Metropolitano, uma discussão que houve aqui na comunidade é que ele ia destruir a entrada do nosso bairro. Não haveria uma passagem de nível, o que forçaria a todos que vem pro bairro fazer um retorno de dois quilômetros. Fomos até a prefeitura, buscamos a secretaria estadual de transportes para parar alterar o traçado. (...) não fomos consultados, fomos até eles reivindicar nosso direito.* (Entrevistado 2).

*Aqui na Ilha da Madeira a nossa escola e nosso novo posto foram medidas compensatórias que a comunidade recebeu pelas empresas que chegaram recentemente, principalmente pela Porto Sudeste. Mas a gente teve pouca participação nesse processo de definir quais ações deveriam ser melhoras, ou onde deveriam se reduzir os impactos na localidade. Por exemplo, a nossa pesca local foi altamente impactada e nada fizeram; (...) a Vila do Engenho praticamente já não tem mais nada, e eles também permitiram (...). (Entrevistado 3).*

E ainda sobre os impactos dos megaempreendimentos nas comunidades de Itaguá, alguns bairros foram mais afetados por estarem diretamente associados ao local de implantação dos projetos do Porto Sudeste, da Base de Submarinos Atômicos e até da expansão do Porto de Itaguá, como é o caso da Vila do Engenho.

Abaixo temos algumas imagens da comunidade que fica dentro da Ilha da Madeira, na entrada da área do Porto Sudeste. E pode-se notar a transformação do espaço local, inicialmente de residências e moradias, mas que recentemente passou a ter finalidades ligadas ao setor logístico. Tornando-se área do Porto Sudeste:

**Figura 05: Vila do Engenho e entrada do Porto Sudeste:**



**Fonte:** Elaboradas pelo autor.

Nas imagens acima nota-se algumas casas abandonadas em áreas que atualmente são do empreendimento do Porto Sudeste. Na localidade da Vila do Engenho, dentro da Ilha da Madeira. Onde ainda restam cerca de 30 famílias que são representadas pelo Movimento de Resistência da Ilha da Madeira. Formado por moradores que não aceitaram a proposta de indenização oferecida pela empresa e se organizaram para se manterem em suas casas.

As imagens acima mostram a precariedade dos logradouros e a baixa condição de vida neste local. Os problemas causados pelos megaempreendimentos são inúmeros e os moradores organizados no Movimento de Resistência tiveram que recorrer ao Ministério Público do município para que lhes fosse garantido o mínimo de serviços de água e luz na região. Segundo a fala de agentes locais as empresas atuam juntas para a expulsão dos moradores:

*Em 2011 nós chegamos a ficar quase três meses sem água em casa. Eles cortaram a tubulação de água que passava lá na entrada, perto do novo viaduto e jogaram a tubulação de água para o Porto passando lá por trás. E nisso nós ficamos sem água esse tempo todo. Tivemos que nos reunir e ir atrás dos nossos direitos porque senão não teríamos água até hoje. (Entrevistado 1).*

*Aqui nós tínhamos escola e posto de saúde, era um lugar calmo, mas tudo mudou muito. Não temos mais o nosso bairro de antes. A escola e o posto daqui foram destruídos e agora ficam lá do outro lado da Ilha. Aqui no Engenho não tem mais nada, só caminhão e gente passando. (Entrevistado 2).*

*Não querem a gente aqui. Isso é um fato! Já cortaram nossa luz, nossa água, e sempre temos problemas com os caminhões fazendo barulho de noite, com*

*a poeira de obras, de escórias (...). Por algum tempo nem o ônibus estava vindo aqui dentro mais. Ele passava pelo viaduto e diziam que não tinha que entrar aqui porque aqui era área privada. (Entrevistado 3).*

É possível destacar as inúmeros impactos negativos dos megaempreendimentos em todas as falas dos moradores da Ilha da Madeira. Mesmo daqueles que não foram diretamente afetados com as mudanças na Vila do Engenho. O que ressalta a pouca efetividade do PDDSMI em efetivar a modelo de desenvolvimento baseado no bem-comum.

Os megaempreendimentos mantem uma relação pouco coesa territorialmente com os agentes e organizações sociais de Itaguaí. De acordo com as falas de alguns conselheiros comunitários, em algumas localidades existe ainda o benefício do recrutamento de trabalhadores para atuar nas obras do Porto Sudeste, na expansão do Porto de Itaguaí e nas obras da Base de Submarinos da Marinha. Porém, em outras localidades, como na Ilha da Madeira, os megaprojetos não estimulam o recrutamento de cidadãos da localidade. Como notam alguns representantes do “Movimento de Resistência da Ilha da Madeira”:

*As empresas aqui não ficham a gente e não possuem interesse que a gente consiga nada porque assim não ficaremos aqui na Ilha. E é isso que eles querem (...). Temos poucas opções de emprego por aqui, até porque não temos muito estudo. (...) Da pesca também não dá pra viver por aqui, a gente pesca mas é lá na área da restinga, porque só lá que dá pra achar peixe. (Entrevistado 1).*

*Eu trabalhei dois anos e três meses na obra do Porto, mas depois*

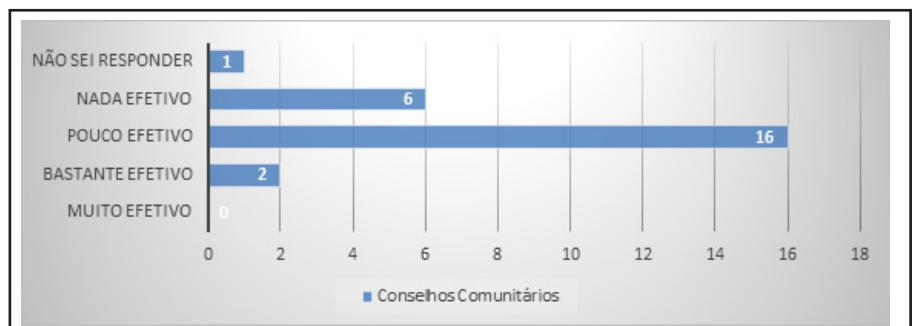
*que a obra foi acabando eles foram demitindo quem já não era mais importante. (...) A ordem na Porto Sudeste é não pegar ninguém daqui da área. Eles não querem manter a gente aqui e fazem de tudo para que essa área seja só deles. Sem casas, sem moradores(...). (Entrevistado 2).*

*O movimento aqui é de trabalhadores de outros bairros, de outras cidades e nós não temos vez por aqui. A gente só consegue emprego fora daqui da Ilha porque agora que acabaram a maioria das obras eles contratam gente de fora. (Entrevistado 3).*

Como pode-se destacar pelas falas acima de moradores da Ilha da Madeira, os megaempreendimentos atualmente utilizam de uma política de pouca interação com a população local. Até porque em grande parte o interesse das empresas é que a localidade seja uma área apenas industrial. Para isso, algumas empresas como a Porto Sudeste não contratam mão de obra da localidade.

Por fim foi avaliado o nível do controle social do município de Itaguaí como um todo, de acordo com a percepção dos conselheiros comunitários dos 25 bairros que possuem conselhos comunitários. Por meio do questionamento: “Você acredita que o Controle Social em Itaguaí é algo:”, traçou-se o seguinte panorama do controle social local:

**Gráfico 03. Efetividade do Controle Social em Itaguaí:**



**Fonte: Elaboração Própria.**

A grande maioria dos conselheiros comunitários: 16 (dezesesseis) ou 64% consideram que o controle social no município de uma forma geral é pouco efetivo. E outros 6 (seis) ou 24% dos conselheiros comunitários observaram que o controle social é algo nada efetivo no município. Outros 2 (dois) ou 8% dos conselheiros afirmaram que o controle social em Itaguaí é bastante efetivo. E 1 (um) conselheiro (4%) preferiu não responder a questão.

De maneira geral a pouca efetividade do controle social local na visão dos conselheiros comunitários de Itaguaí se dá pela pouca capacidade que os conselhos possuem na implementação efetiva de políticas públicas para as suas comunidades. No geral alguns conselheiros afirmam que as vias não institucionais – dos conselhos – por vezes é a saída para serem atendidos em de suas demandas de forma mais efetiva. Desta foram, outros meios de ação por vezes são utilizados para que se consiga ter acesso ao poder público local e para propor ações para as localidades.

## 6. Considerações Finais

Pode-se perceber que apesar da atual concepção de desenvolvimento na cidade de Itaguaí se basear em megaempreendimentos locais, o que se observa é a falta de articulação entre os grandes empreendimentos e o território local. Neste aspecto, a falta de um planejamento urbano que estruture uma redução dos impactos ambientais acaba gerando inúmeras consequências para a cidade.

Dentre tais consequências, algumas se apresentam como imediatas. O município acaba sofrendo visivelmente com a redução de suas áreas verdes e de preservação. Não só pelo aumento desordenado de sua mancha urbana. Mas também pela retirada das populações pesqueiras que habitavam historicamente na região onde estão sendo empreendidos estes projetos. Existem

ainda como prospecções futuras para a localidade a expansão de condomínios logísticos e de suporte operacional de cargas (ferroviária, rodoviária e portuária); e, que tendem a gerar um aumento da população residente na cidade. Nesse cenário, o próprio Arco Metropolitano, trará um maior fluxo de pessoas e produtos para a cidade. Além de incentivar o espraiamento da mancha urbana local ao longo do seu traçado. Tendo assim efeitos negativos aos ecossistemas ainda existentes nessas localidades que possuem um cunho rural e voltado para a agricultura familiar.

Estes megaempreendimentos exercem impactos diretos sobre as localidades rurais de Mazombinha, Rio Preto e Santa Cândida. A implantação do AMRJ, vem exercendo um crescimento da mancha urbana do município em direção as áreas que até então são de uso agropastoril e voltadas ao cultivo de produtos orgânicos. Este imenso estoque de terras deve receber maiores pressões especulativas nos próximos anos, com o aumento da população residente do município e com a expansão das atividades de serviços para estas localidades.

Ademais, é importante ressaltar que a própria implantação dos megaempreendimentos em Itaguaí já afetam diretamente importantes biomas da região. Onde áreas alagadiças, de manguezais, e, principalmente grandes planícies com cobertura vegetal têm sido profundamente transformadas. E em certos casos extintas, dada a expansão industrial local. Expansão esta que está definida também no próprio Plano Diretor de Itaguaí.

Progressivamente os impactos dos megaempreendimentos não se limitaram aos biomas e ecossistemas locais, sistemas estes que já tem sido impactados sobremaneira pelas atuais políticas de desenvolvimento baseado em megaempreendimentos. Culturas tradicionais como a pesca na Ilha da Madeira também sofreram diretamente com a redefinição da retro área dos portos Sudeste, Itaguaí e da Companhia Siderúrgica Nacional.

Tendo em vista a inserção do AMRJ na região e a implantação dos megaempreendimentos, percebe-se que a estrutura fundiária tende a ser transformada gradativamente, começando pelas porções de terra que margeiam a Arco Metropolitano. A expansão urbana e a construção de um Plano Diretor sem a inserção da população local no planejamento territorial vem produzindo um pacto entre o poder público local e os megaempreendimentos. E, configurando um cenário de pouca coesão territorial, onde as políticas públicas tem se voltado apenas a atração de investimentos para o município, e que não se baliza nos princípios dialógicos de uma gestão social inclusiva, transparente e baseada em princípios como o bem comum e a abertura participativa aos diversos agentes locais.

Nota-se pela fala dos conselheiros comunitários de Itaguaí que o controle social local ainda possui pouca efetividade na construção das políticas públicas que orientam a formulação do planejamento territorial do município. E sobremaneira o poder executivo municipal favorece a continuidade deste padrão ao não estabelecer um diálogo com as comunidades de Itaguaí.

Apesar da localidade apresentar uma expansão das instituições atuantes no controle social nos últimos anos (principalmente de conselhos comunitários), a efetividade destas instancias deliberativas é o desafio que emerge. Pois apesar de se institucionalizar, os conselhos comunitários locais possuem pouca força para fomentar transformações efetivas na composição territorial local frente o poderio do capital dos megaempreendimentos e os interesses dos agentes públicos.

Contudo, a expansão dos debates locais e a emergência das demandas das diversas comunidades vem favorecendo um processo de expansão das instâncias de deliberação participativa, e dos espaços orientados pela racionalidade deliberativa. O que vem incentivando a criação de novas institucionalidades orientadas pela ótica da gestão social como as Ouvidorias Municipais do Legislativo e do Executivo, criadas por pressão po-

pular, e que tem como objetivo expandir a participação e o controle social em Itaguaí. E no sentido de fomentar políticas locais participativas, além da inserção de forma real os agentes locais no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas municipais.

## 7. Referencias

ALCANTARA, D. de. *Itaguaí e Seropédica: Nós nas Redes, conflitos e transformações na paisagem*. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação. TÂNGARI, V.; Rego, A. & MONTEZUMA, R. (orgs.). Rio de Janeiro: PROARQ- FAU-UFRJ (CD-ROM), 2013.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977

BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global – 2 ed.* – Campinas: Unicamp, 2012.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO E. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CORREIA, M. V. C. *Que controle social*. Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

DICKEN, P. *Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 632.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Decisão Rio 2012 – 2014*. Disponível em: <http://firjan.gov.br/decisionrio> Acessado em: 18 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_, *Decisão Rio 2014 – 2016*. Disponível em: <http://firjan.gov.br/decisionrio> Acessado em: 18 de junho de 2014.

FISHER, T. *Gestão social do desenvolvimento territorial como campo de educação profes-*

sional. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F. (orgs.). *Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública*. Florianópolis: UDESC Editora. 2011.

FORMAN, R. T.T. *Urban Regions – Ecology and planning beyond the city*. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

HABERMAS, J. *Tres modelos de democracia*. Sobre el concepto de uma política deliberativa. Polis. Revista Latinoamericana. (10). 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *IBGE-Cidades*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> Acesso em 27 de maio de 2016.

MAGALHÃES, J. *Percepção e Transformação da Paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. In: TÂNGARI, V. R. et. al. (orgs.). *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação*. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2012. p. 120-137.

MARINHA DO BRASIL. *Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)*. Disponível em: [www.marinha.mil.br](http://www.marinha.mil.br) Acesso em: 04 de maio de 2014.

MARKUSEN, A. *Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais*. Nova economia 5, no. 2, 1995. p. 9-44.

MONTEZUMA, R. C. M. & CINTRA, D. *O Arco Metropolitano: Um marco da transformação da paisagem*. In: TÂNGARI, V. R., et. al. (orgs.) *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação*. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2012.

OLIVEIRA, F. J. G. de. *Estado e Planejamento Urbano: tendências conservadoras entre o planejamento estratégico e a reforma urbana*. 12º Encontro de Geógrafos de América Latina. Montevideo, 2009. p. 1-3.

PAULA, L. N de; SILVA, J. X. da & MARINO, T. B. *Expansão Urbana de Itaguaí*, Rio de Janeiro (BR), 1994–2007. 2007. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/122.pdf> Acessado em: 20 de agosto de 2014.

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ARCO METROPOLITANO do Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir867/ApresentARCORodv\\_GovRJ.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir867/ApresentARCORodv_GovRJ.pdf) Acessado em: 03 de dezembro de 2014.

REDE AMBIENTE PARTICIPATIVO (RAP). Disponível em: <http://rap.gov.br/?p=528> Acessado em: 22 de maio de 2016.

REGO, A. Q. *O Arco Metropolitano e Prospecções sobre as Centralidades Urbanas da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro*. In: Anais do XIV ENANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR. 2011. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3557> Acessado em: 20 de junho de 2014.

ROMERO, J. C. *Desenvolvimento econômico e mudança estrutural: teoria e evidência a partir de um enfoque multi-setorial*. Dissertação apresentada ao CEDEPLAR- UFMG em 2011.

SANTANA, J. S.; GUEDES, C. A. M. & VILLELA, L. E. 2011. *Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí-RJ*. Cad. EBAPE. BR, a. 9, v. 3. p. 846-867. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5222> Acessado em: 20 de agosto de 2014.

SANTOS; M. A *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. Ed. 2 reimprimir. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2006.

SIRAQUE, V. *Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.



TENÓRIO, F. G. *Cidadania e desenvolvimento local*. Editora Unijuí. 2007.

\_\_\_\_\_; *Escopo Teórico*. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). *Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE-RJ). *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. 2014. Disponível em: [http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudosocioeconomicos1?p\\_auth=zvqM-meE1&p\\_p\\_id=estudosocioeconomicomunicipios](http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudosocioeconomicos1?p_auth=zvqM-meE1&p_p_id=estudosocioeconomicomunicipios) Acessado em: 26 de fevereiro de 2016.

VAINER, C.; OLIVEIRA, F. L. de & JÚNIOR, P. de N. L. *Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos*. In: de OLIVEIRA, FABRÍCIO Leal et al. (org.). *Grandes projetos metropolitanos*. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2012. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook\\_file/livro\\_projetos-metropolitanos.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/livro_projetos-metropolitanos.pdf) Acessado em: 25 de novembro de 2014.

VALOR ECONÔMICO. 2014. Disponível em: [www.valoreconomico.com.br/noticias6/economia/posts-itaguaui](http://www.valoreconomico.com.br/noticias6/economia/posts-itaguaui) Acessado em: 09 de junho de 2014.

VILLELA, L. E; et al. *Crescimento Econômico versus Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável-Análise dos Impactos de Megaempreendimentos nos Municípios de Macaé-RJ e de Itaguaí RJ*. *Desenvolvimento em Questão* ano 10, v. 21, 2012. p. 119-145.

\_\_\_\_\_; *Escopo Metodológico*. In: TENÓRIO, F. G. (org.). *Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

\_\_\_\_\_; VIDAL, M. de O. *Grandes projetos de investimentos em Itaguaí-RJ e investimentos em educação: o dilema do desenvolvimento territorial*. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, ano 2, v. 1, 2014. p. 223-233. Disponível em: <http://sites.uepb.edu.br/sedres/files/2014/04/GT1-ANAIS-final-PDF.pdf> Acessado

em: 20 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_, DA COSTA, E. G. & CANÇADO, A. C. *Perspectivas da Agropecuária do Município de Itaguaí face a Megaprojetos em implementação no Local*. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 16, n. 2, 2014. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87831713006> Acessado em: 20 de agosto de 2014.

---

(1) A Microrregião da Baía da Ilha Grande é definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), sendo formada pelos municípios de: Angra dos Reis e Parati.

(2) A Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense é definida pelo IBGE sendo formada pelos municípios de: Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda.

(3) A Microrregião de Itaguaí, também definida pelo IBGE, é formada pelos municípios de: Seropédica, Itaguaí e Mangaratiba. Fazendo parte da Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro.

(4) A concepção republicana para Jürgen Habermas (2005) está diretamente ligada ao princípio de formação da opinião e social na esfera pública (p. 4).

(5) *Desenvolvimento Local para Tenório (2007)* “é um processo centrado em um território concreto no qual os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de objetivos e projetos comuns”. (TENÓRIO, 2007 p. 105).

